

Ata da Reunião Extraordinária do Comitê de Investimentos do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo. Ao nono dia do mês de agosto o do ano de dois mil e vinte e um às nove horas, na sede do Fundação Educacional de São José do Rio Pardo, localizado à Avenida Deputado Eduardo Vicente Nasser, número oitocentos e trinta e dois, Centro, a cidade de São José do Rio Pardo, reuniu-se extraordinariamente os Conselhos: Administrativo, Fiscal e Comitê de Investimentos do IMP. Membros presentes do Conselho Administrativo: Antônio Carlos Jardim; Bruna Braz Bocamino Tomé; Carlos Henrique da Trindade; Cleonice Aparecida Ludovique Callegari; Francisco Carlos de Oliveira; José Humberto Tardelli; Lígia Assumpção Fernandes Nóbrega; Lílian do Carmo Molfi de Lima; Luiz Roberto de Oliveira; Marco Antônio Gumieri Valério; Maria Cristina Silvério; Mário Aparecido Gusmão; Regina Marcia Braz Bocamino; Rosilene Pereira Pazim; Vanessa Marques Ferreira Alves; Velmor Baldassim e Wanderley Aparecido Fernandes, ausentes: Alcidez Tiezzi; Hamilton Torres e o Presidente do Conselho Administrativo sr. Hélio Escudero, o qual por motivos de saúde justificou ao Diretor Executivo do IMP sua ausência. Membros do Conselho Fiscal do IMP: Elias Batista Galdino; Hilton do Nascimento Pereira; Luis Antônio Simões; Renato Donizete Marcelino Gonçalves; Rosilda de Sousa Sapucaia; Verônica Aparecida da Silva Mantovani e o Presidente do Conselho Fiscal sr. Marco Antônio Ferreira da Silva. Membros do Comitê de Investimentos: Anderson Luis Fonseca Pirolla; Cintia Ribeiro da Silva; Eduardo de Paula Marin Diretor Financeiro do IMP e sr. Fabiano Boaro de Sousa Presidente do Comitê de Investimentos, acumuladamente Diretor Executivo do IMP. Vereadores presentes: Antônio José Quessada Neto; Henrique Torres; Lúcia Helena Libânio da Cruz; Paulo Sergio Rodrigues; Pedro Ernesto Merli Giontamassi e o Presidente da Câmara Municipal sr. Rafael Castro Kocian. Atendendo a pedido do Conselho Administrativo do IMP, presente o Prefeito do Município de São José do Rio Pardo sr. Marcio Callegari Zanetti. Havendo número legal de participantes o sr. Fabiano Boaro de Sousa declarou aberta a reunião apresentando os motivos da reunião com o Chefe do Executivo Municipal, tratar de assuntos relacionados ao Déficit Atuarial do Instituto Municipal de Previdência e formas do seu equacionamento. Fabiano Boaro de Sousa, encaminhou partes da avaliação atuarial de dois mil e vinte expondo o quadro de aportes de quanto a Prefeitura deverá aportar ao longo de trinta e quatro anos, sendo os aportes nos primeiros dois anos corresponde somente a um terço dos juros calculados no sistema de escolhido para amortização do déficit atuarial, sendo o montante de R\$.5 (cinco milhões de reais) para os exercícios dois mil e vinte e um e vinte e dois, posteriormente os valores elevariam sucessivamente atingindo R\$.20 mi. (vinte milhões de reais) até o termino no de dois mil e cinquenta e cinco . Outro ponto importante do quadro da citada avaliação foi o anexo II, discriminando que no ano de dois mil e trinta e sete, caso nada seja efetivado para equacionar o déficit atuarial, os recursos do IMP serão insuficientes para os futuros compromissos de custear os benefícios previdenciários. Diante da real situação atuarial do IMP, foi então solicitado ao Chefe do Executivo Municipal que agendasse uma reunião com os órgãos do IMP, Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e com os vereadores da municipalidade, para ouvir o que o Prefeito Municipal Sr. Marcio Callegari Zanetti tenha a prestar de informações quando ao déficit apresentado na avaliação atuarial. Com a palavra, o Prefeito Marcio Callegari Zanetti, teceu saudações aos presentes, esclareceu que havia recebido o pedido de reunião há dois meses, justificou da demora para marcar a reunião acreditando que não estivesse preparado para o assunto pleiteado, sabido das suas responsabilidades, fiscal e de novos parcelamentos assumidos no início da sua gestão, informou dá dificuldade da Prefeitura Municipal em assumir o atual plano de amortização sugerido na avaliação atuarial, evidenciou que pretende cumprir com todas as obrigações patronais na ordem de dezenove inteiros e trinta décimos por cento, depositando esforços para contribuir com a saúde financeira do IMP, envolvendo as responsabilidades junto aos órgãos do IMP: Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, vereadores e sociedade riopardense, disse também

que será apresentado um plano da gestão com propostas que serão amplamente discutidas com o amparo da Secretaria de Previdência Social. Sr. Prefeito Marcio Callegari Zanetti, lamentou sobre os números apresentados dos déficits financeiro e atuarial do IMP, informou também que a Prefeitura Municipal herdou dívidas da gestão anterior e que também sofre com um déficit financeiro pretendendo zerar até o fim desse exercício, confiante que irá apresentar uma proposta sólida entre algumas semanas, sentindo muito confortável se colocou inteiramente a disposição para juntos buscar melhores formas de equalização do déficit do IMP, finalizou agradecendo. Com a palavra o vereador e presidente de Câmara Municipal Sr. Rafael Castro Kocian, solicitou ao Diretor Executivo do IMP resumidamente informasse a evolução desse déficit atuarial. Sr. Fabiano Boaro de Sousa entregou cópia da página de número trinta da última avaliação atuarial realizada pela empresa Magma Assessoria com posição de trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. O tema em ênfase destacado foi o Déficit Atuarial do IMP na ordem de R\$.254.086.240,76 (duzentos e cinquenta e quatro milhões , oitenta e seis mil, duzentos e quarenta reais e setenta e seis centavos). No anexo II da avaliação atuarial, item demonstrativo das projeções atuariais do regime de previdência própria, o quadro demonstrou que o resultado negativo implica para o ano de dois mil e trinta e sete, que ao longo do tempo, caso não haja nenhuma iniciativa de amortização do déficit atuarial, no futuro próximo não haverá recurso para custeio de benefício. Ainda sobre o déficit atuarial, sr. Fabiano Boaro de Sousa, comentou que historicamente o IMP fundado no ano de mil novecentos e noventa e quatro, com dois anos de carência para captação de recursos, mostra que foram insuficientes, pois após os primeiros benefícios serem pagos pelo IMP, já apresentando resultado deficitário na avaliação atuarial do ano de mil novecentos e noventa e seis. Na ótica do sr. Fabiano Boaro de Sousa, foram diversos pontos do passado que atuarialmente contribuíram para chegasse nesse déficit atuarial, para o diretor, em tese as contribuições patronais por muitos anos no nível de treze inteiros e setenta e sete por cento, somado com as contribuições dos segurados ativos e inativos com dez por cento sobre os vencimentos ou proventos, outo ponto importante foi o período muito curto de carência e com regras de aposentadorias mais benéficas aos servidores em comparação aos tempos atuais, não representava naquela época um grande problema, pois os recursos que estavam entrando em caixa eram grandiosos, diante das despesas. Para alguns estudiosos, a exemplo da pirâmide, onde o ideal é ter a base com maior quantidade de servidores contribuindo e uma pequena parcela recebendo benefícios, isso já não acontece mais no IMP, existindo o desequilíbrio entre receitas de contribuições previdenciárias e despesas com benefícios, para tanto, encontrando um desequilíbrio de aproximadamente R\$.1,2 (um milhão e duzentos mil reais) por mês, por parte da diretoria do IMP existe estudo projetando em torno de quinhentos novos aposentados para os próximos dez anos, causando uma preocupação ainda maior aos gestores do IMP. Na fala do diretor executivo do IMP, os problemas identificados desde a criação do IMP e a inercia dos governantes em buscar soluções para o déficit atuarial, contribuíram para o desequilíbrio atuarial. Disse também que segundo a Portaria nº. 464/2018 existem algumas formas de tentar equacionar o déficit atuarial, sendo: aportes anuais ou mensais por alíquotas suplementares, aquisições de bens móveis, reforma nas regras de benefícios e segregação de massa. Explicou que segundo o posicionamento da Secretaria de Previdência dentre essas alternativas o mais importante é adequar a legislação do RPPS em conformidade com os dispostos na Emenda Constitucional nº. 103/2019 e entende que inicialmente deveria ser realizado testes de aderência das premissas e hipóteses atuariais utilizadas nas avaliações atuariais e cenários contemplando a reforma da previdência conforme aprovado pela União. Depois desta explanação disse o Sr. Prefeito Municipal que de fato precisa de um envolvimento geral de todos ali presentes e que já está sendo realizado um trabalho de revisão de premissas e que também entende que atualmente os RPPS se tornaram insustentáveis e reconhece da importância do Ente Municipal entrar

com uma complementação, podendo majorar as alíquotas patronais ou aportes financeiros e que assume o compromisso de encarar o problema na procura de alternativas para minimizar esse problema. Voltando com a palavra o Sr. Fabiano, lembra novamente da importância de todos ali presentes estar alinhado e convencido de que o problema existe e precisa de uma solução, lembrou que o que mais preocupa a gestão do IMP é que se algo for apresentado que não obtenha o resultado desejado, os funcionários poderão arcar com o prejuízo, pois desde a publicação da Emenda Constitucional nº. 103/2019, caso o déficit atuarial estiver presente no regime próprio de previdência, poderá por lei municipal, criar alíquotas extraordinárias aos servidores ativos e inativos, distribuindo a responsabilidade para que todos servidores assumam essa conta. Sra. Cleonice Aparecida Ludovique Callegari, manifestou insatisfação com essa possível medida caso qualquer Prefeito venha a utilizá-la, como representante dos servidores públicos e também como servidora, será inconcebível ter algo que reduza ainda mais os vencimentos dos servidores, que por tempos vêm atravessando perdas em vantagens salariais. Complementou o diretor executivo do IMP que realmente essa medida é muito prejudicial aos servidores e que espera não chegar a este ponto. Também ao assunto o Sr. Luis Antonio Simões, manifestou indignação aos anseios da época na criação do regime estatutário, para o conselheiro fiscal, as expectativas eram boas, com promessas de aposentadorias integrais, vantagens ao longo da vida pública e outras, e que nos tempos atuais, não acredita ter sido uma vantagem ter escolhido esse regime, que se nada for feito pelos governantes poderá ainda ficar sem salário ou depender de receber em parcelas do executivo. Sr. Prefeito Marcio Callegari Zanetti, concordou com as manifestações apresentadas ao tema, confirmando que realmente um dia o RPPS vier a sofrer insuficiência financeira, dificilmente a Prefeitura Municipal conseguiria honrar com os salários dos ativos e inativos, inviabilizando totalmente os planejamentos do executivo. Sr. Velmor Baldassim, sensibilizou os presentes para agilizar o assunto em destaque, não deixar esfriar dito por ele, ao seu ponto de vista, as conversas precisam acontecer e ter um final breve. Sr. Prefeito Marcio Callegari Zanetti prontificou em estabelecer um prazo viável de trinta dias para a conclusão, colocando a empresa de consultoria contratada pela Prefeitura Municipal a disposição. Sr. Rafael Castro Kocian presidente da Câmara Municipal, indicou criar uma comissão para apresentar ao executivo possíveis formas para o equacionamento do déficit atuarial. Os presentes juntamente com o Prefeito Municipal, concordaram em dar seguimento de criar uma comissão com os integrantes do Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e Vereadores, por parte do Executivo o sr. Prefeito colocou toda equipe para prestar apoio à comissão para que traga propostas e também a ampla discussão com os servidores de modo geral, foi feito pelo Sr. Fabiano convite a todos ali presentes de quem gostaria contribuir participando desta comissão, ficando definindo os seguintes integrantes: Cleonice Aparecida Ludovique Callegari, Lígia Assumpção Fernandes Nóbrega, Lilian do Carmo Molfi de Lima, Luiz Roberto de Oliveira, Regina Marcia Braz Bocamino, Rosilene Pereira Pazim, Velmor Baldassim, Rosilda de Sousa Sapucaia, Marco Antônio Ferreira da Silva, Anderson Luis Fonseca Pirolla, Cintia Ribeiro da Silva, Fabiano Boaro de Sousa, ficando aberto ao Sr. Rafael Castro Kocian que fizesse o convite a todos demais vereadores. Sr. Anderson Luis Fonseca, indagou sobre os possíveis conflitos entre o serviço contratado pela Prefeitura para realização de estudos atuariais e o que a comissão irá propor. Sr. Prefeito pontuou que os trabalhos irão se complementar e que as análises das premissas atuariais e todos respectivos impactos já constam no termo de referência da empresa contratada, colocando todos estes serviços à disposição da comissão, informando que o único empecilho será para empresa participar presencialmente às reuniões com a comissão, por não constar no contrato pactuado com a empresa essas futuras visitas. Sr. Eduardo de Paula Marin diretor financeiro do IMP, questionou ao Prefeito sobre o aporte atuarial de R\$.5 mi (cinco milhões de reais) para este ano, se há possibilidade de repasse ao IMP. Sr. Prefeito respondeu que não houve inserção

de valores no orçamento elaborado pela gestão anterior, que na gestão atual os trabalhos realizados ainda são incertos para a inclusão desse valor de aporte. Não denotado de novos argumentos para esclarecimentos, o sr. Prefeito Marcio Callegari Zanetti agradeceu a presença de todos. Eu, Eduardo de Paula Marin, diretor financeiro do IMP, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos. \_\_\_\_\_

Anderson Luís Fonseca Pirola \_\_\_\_\_

Cintia Ribeiro da Silva \_\_\_\_\_

Fabiano Boaro de Sousa \_\_\_\_\_

Filipe Giodan Santos Garcia \_\_\_\_\_